

Dinâmica populacional e recentralização urbana em Rondônia: análise a partir do Censo Demográfico 2022

Population dynamic and urban recentralization in the state of Rondônia: analysis from the 2022 Demographic Census

Dinámica poblacional y recentralización urbana en Rondônia: análisis basado en el Censo Demográfico 2022

Ricardo Gilson da Costa Silva
Universidade Federal de Rondônia
rgilson@unir.br

Resumo

O Censo Demográfico compõe um conjunto de pesquisa das mais relevantes para a leitura do Brasil, permitindo-nos analisar as principais transformações socioeconômicas e espaciais do território brasileiro. Em suas diversas escalas, possibilita identificar processos e tendências que contrastam com dinâmicas territoriais pretéritas, mudanças populacionais e demandas sociais emergentes. O objetivo deste texto é analisar essas transformações no estado de Rondônia, apresentando como eixo analítico a expansão da rede urbana e sua dinâmica populacional. Para isso, a metodologia adotada combinou a revisão de pesquisas regionais com análises estatístico-cartográficas. Os resultados indicam dois processos: i) a formação de um eixo urbano e recentralização populacional ao longo da rodovia BR-364, simultaneamente, ii) à dispersão populacional em pequenos e intermediários municípios. De um estado receptor de população, Rondônia passa a um estágio de pouco crescimento demográfico, com frentes de deslocamento populacional para novas fronteiras agropecuárias na Amazônia Ocidental.

Palavras-chave: Rondônia. Sociedade. Campo-Cidade. Distribuição Populacional. Centralidades.

Abstract

The Demographic Census is the most relevant set of research to understand Brazil, allowing to analyse the main socio-economic and spatial transformations of the Brazilian territory. On its various scales, it identifies processes and trends that contrast with past territorial dynamics, demographic developments and emerging social demands. The aim of this text is to analyze these transformations in the state of Rondônia, presenting as the center of analysis the expansion of the urban network and its population dynamics. To achieve this, the methodology adopted combined the review of regional research with statistical-cartographic analyses. The results indicate two processes: the formation of an urban axis and population recentralization along the BR-364 highway, simultaneously, with population dispersion in small and intermediate municipalities. From a population receiving state, Rondônia passes to a stage of little demographic growth, with population displacement fronts towards new agricultural frontiers in the Western Amazon.

Key words: Rondônia. Society. Countryside-City. Population Distribution. Centralities.

Resumen

El Censo Demográfico compone un conjunto de investigaciones de las más relevantes para la lectura de Brasil, que permiten analizar las principales transformaciones socioeconómicas y espaciales del territorio brasileño. En sus diversas escalas, permite identificar procesos y tendencias que contrastan con las dinámicas territoriales del pasado, los cambios poblacionales y las demandas

sociales emergentes. El objetivo de este texto es analizar estas transformaciones en el estado de Rondônia, presentando como eje analítico la expansión de la red urbana y su dinámica poblacional. Para ello, la metodología adoptada combinó el examen de encuestas regionales con análisis estadístico-cartográficos. Los resultados indican dos procesos: i) la formación de un eje urbano y la recentralización poblacional a lo largo de la carretera BR-364, simultáneamente, ii) la dispersión poblacional en municipios pequeños e intermedios. De ser un estado receptor de población, Rondônia pasa a una etapa de escaso crecimiento demográfico, con frentes de desplazamiento de la población hacia nuevas fronteras agrícolas en la Amazonia Occidental.

Palabras clave: Rondônia, sociedad, campo-ciudad, distribución de la población, centralidades.

Introdução

As demandas sociais e as características do território nacional habitado pela população modificam-se a cada geração, e o conhecimento dessas metamorfoses se torna urgente ao planejamento regional, visto que, nem sempre o ente público — o Estado e suas várias agências — pode atuar com maior eficiência nas demandas que a sociedade exige. Por isso, o manejo de dados quantitativos e qualitativos contribuem com o diagnóstico e prognósticos de regiões e lugares, delineando ações do poder público e das empresas em questões pontuais e estratégicas no território nacional.

O Censo Demográfico 2022 traz desafios quando indica significativas mudanças populacionais, obrigando as instituições a repesarem os fundamentos sociais que outrora lhes pareciam garantir segurança e normalidade. Talvez seja a situação do estado de Rondônia, quando pouco somou em termos de crescimento populacional, situação revelada pela nova pesquisa demográfica.

A questão central deste texto é analisar as transformações populacionais no estado de Rondônia, no período de 1970 a 2022, problematizando as principais mudanças na escala regional, sobretudo, no crescimento das cidades e sua configuração espacial. O período em análise se torna relevante, pois, a história regional registra que nas décadas de 1970/1980 o crescimento populacional foi vertiginoso em função da política de colonização agrícola, o que motivou a migração populacional para Rondônia.

Contudo, esse processo encontrou limites, cujo desempenho quantitativo na recente pesquisa parece indicar uma virada de curso. Portanto, analisar a nova geografia de Rondônia que emerge do censo demográfico, permite-nos estabelecer eixos de transformações regionais e pensar prospectivamente os desafios postos pela dinâmica populacional.

Nessa questão, analisa-se a sociedade em movimento, dado que o espaço geográfico é a condição indissociável do tempo social nas formas espaciais produzidas pela sociedade em seu

curso histórico. Em geografia, o objeto geográfico é sempre uma forma-conteúdo, pois, toda transformação material transporta o tempo da sociedade que a produz, qualificando a dimensão humana e histórica do espaço social (SANTOS, 2008). Assim, a formação do eixo urbano e a recentralização populacional ao longo da rodovia BR-364 parece-nos ser a expressão das mudanças significativas do espaço regional rondoniense. O texto é um esforço de síntese desse processo, abrindo, assim, outras possibilidades de análise das dinâmicas populacionais e territoriais em Rondônia.

O trabalho está organizado em seções que, na sequência da i) introdução, apresenta os ii) procedimentos metodológicos da pesquisa, assentada na revisão dos estudos regionais, combinado com os procedimentos estatístico-cartográficos. Em seguida, iii) propõe a tese de Rondônia como um estado migrante no âmbito da modernização econômica da Amazônia, processo iniciado a partir de 1960, cujas variáveis podem ser indicadas na colonização, migração e conseqüente crescimento populacional. Na seção seguinte, iv) analisa os dados do censo demográfico, ressaltando que Rondônia passou da fase de crescimento populacional considerável para a redução demográfica, com significativas diferenciações espaciais no âmbito da rede urbana. Por fim, segue a v) a análise da formação do eixo urbano e recentralização populacional combinada com a forte presença do PIB estadual e o surgimento de novas centralidades da rede urbana em suas conexões internas e externas.

Conclui-se que o recente censo demográfico apresenta um revés no crescimento populacional de Rondônia, quando 75% dos municípios diminuíram sua população, ao tempo que houve a formação do eixo urbano e a recentralização populacional ao longo da rodovia BR-364.

Procedimentos metodológicos

Para análise das dinâmicas populacionais de Rondônia, articulou-se a abordagem da geografia humana e regional, com análises estatístico-cartográficas, combinando os dados censitários do IBGE com elaboração de mapas temáticos.

A revisão bibliográfica priorizou os processos modeladores da geografia de Rondônia, nos quais as temáticas colonização agrícola, migração, assentamentos rurais e rede urbana foram examinadas a luz dos estudos de Thery (1976), Duarte (1977), Valverde (1979), Santos (1982) e Becker (1985). O recurso metodológico da periodização (SANTOS, 2008) possibilitou compreender a formação socioespacial de Rondônia, cujas configurações territoriais proposta por Costa Silva (2010; 2013), estabelecem dois grandes períodos de transformações espaciais, a saber: de 1970/1990, tem-se a organização territorial centrada nas ações do Estado, cujas variáveis

formadoras são a geopolítica do Estado brasileiro, colonização, migração, fronteira agrícola e expansão urbana.

Posteriormente, o período de 1990/2010, que se estende ao momento contemporâneo, emergem novos atores hegemônicos que, com apoio do Estado, fragmentam a organização territorial a partir da produção de commodities, impondo a espacialidade das monoculturas, recentralização urbana no eixo da rodovia BR-364, e deslocamento da fronteira agrícola intrarregional, como ainda vem ocorrendo nos anos recentes (2010/2022).

Na sequência, aplica-se o método estatístico-cartográfico na análise regional, adotando os seguintes procedimentos: 1) os dados censitários foram acessados na plataforma Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/inicial>), onde estão disponibilizados os resultados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022. Utilizou-se os dados na escala municipal, urbana e rural (2010) de Rondônia. 2) Para os cálculos de crescimento populacional (absoluto e relativo), saldo populacional e variação campo e cidade, utilizou-se o software Excel, o que gerou tabelas e gráficos. 3) Quanto à cartografia temática, os mapas foram elaborados com o software livre Philcarto (<http://philcarto.free.fr/indexPT.html>), ajustando-o aos métodos de classificação de variáveis melhor indicado à produção cartográfica. A edição dos mapas foi operacionalizada com o software livre Inkscape. Assim, a partir dos dados quantitativos e cartográficos, tornou-se possível indicar os principais resultados e tendências das dinâmicas urbana e regional do estado de Rondônia.

Rondônia, colonização e a formação de um Estado migrante (1970/1990)

A organização do espaço amazônico é fruto da geopolítica aplicada à integração territorial, ainda incompleta, operada pelo Estado brasileiro (BECKER, 1982). Assentou-se, principalmente, na inserção de grandes projetos de infraestrutura que mobilizou enormes volumes populacionais e investimentos públicos, abrindo novas frentes de expansão econômica e de povoamento, ou seja, sua trajetória tem sido um contínuo “caminhar para dentro da floresta”. De região “isolada”, como muitos autores indicaram, a abertura de eixos rodoviários, combinados com a expansão urbana e projetos de colonização agrícola, atraiu investimentos financeiros (com os beneplácitos do Estado) e fluxos populacionais de todo o território nacional, principalmente da Região Concentrada, configurando a Amazônia em área receptora de ondas migratórias e de acumulação de capitais neoextrativos.

A região passou a internalizar na vida cotidiana as economias neoextrativas com abertura dos novos espaços produtivos, notadamente da agropecuária, exploração madeireira, mineração,

energia elétrica e mercado de terras (CARDOSO; MÜLLER, 1977; BECKER, 1982; CASTRO, 2001), modificando sua configuração territorial, então assentada no extrativismo tradicional e na economia urbana das capitais regionais. Em sua configuração territorial, registra-se um progressivo deslocamento da organização territorial centrada nos fluxos fluviais e na extração econômica dos recursos da floresta (sem grandes impactos ambientais) para os eixos rodoviários, cuja expansão da fronteira agropecuária e das demais economias neoextrativas impuseram intensa exploração da natureza, resultando em impactos ambientais multiescalares (local, regional e internacional).

Deve-se sublinhar que a modernização econômica – entendida como expansão das economias neoextrativas – somada à colonização agrícola – distribuição de terras – e à migração – intenso fluxo populacional e mão de obra para os grandes projetos –, constituíram a nova coerência regional da sociedade-espaço que se formava na Amazônia. De modo geral, o conjunto modernização-colonização-migração foi um evento regional de escala nacional (SANTOS, 1996), pois, tratou-se de uma estratégia geopolítica do governo brasileiro para a incorporação dos novos signos sociais gestados tanto na migração quanto nas economias da exploração intensiva dos recursos naturais e, por conseguinte, de estranhamentos sociais e conflitos agrários, uma vez que as comunidades tradicionais e os povos originários da Amazônia foram subalternizados na socialidade capitalista emergente.

Por isso, o processo de migração representa não somente o deslocamento de massas de migrantes – então chamados de colonos – para novas terras, mas, sobretudo, a territorialização de uma sociedade migrante – os chamados “novos paulistas” – que, inicialmente, se deslocaram para o sudeste do Pará e Tocantins (então, chamado de “nortão” de Goiás), e, posteriormente, Mato Grosso e Rondônia. A espacialidade da colonização cristalizava os novos signos da relação sociedade-espaço que contrastava, processo ainda em curso, com o reconhecimento e preservação dos signos amazônicos, tanto em seus aspectos naturais, quanto aos culturais e territoriais. Assim, o “caminhar para dentro da floresta” se desdobrou no processo de desamazonização da Amazônia (COSTA SILVA, 2022).

A dimensão desse processo pode ser qualificada pelos dados quantitativos. Em termos demográficos, no período de 1970 a 2022, a população da Amazônia saltou de 7.125.253 para 29.627.458 de habitantes, multiplicando por quatro vezes (Gráfico 1). O período de 1970/1991 foi o ápice do crescimento, cuja variação populacional apresentou taxas significativas, respectivamente, 55% (1970/80) e 47% (1980/91). Posteriormente, a variação declina para 25% (1991/2000) e 21% (2000/10), e cresce lentamente para 22% (2010/2022).

Em termo de taxas de crescimento anual da população, a Amazônia Legal, Rondônia e Região Norte sempre foram superiores à média nacional, com exceção para o período recente

(2010/2022), quando os estados do Maranhão (0,25%) e Rondônia (0,10%) obtiveram resultados aquém das médias (Tabela 1). De modo geral, o incremento anual diminuiu expressivamente no último interstício censitário (2010/2022), quando a média nacional foi de 0,50% e o Norte e a Amazônia atingiram 0,70%. Neste caso, pode-se designar três períodos de mudanças populacionais na região Amazônica, tomando como base as unidades da federação e priorizando o estado de Rondônia: 1970/1991; 1991/2010; 2010/2022.

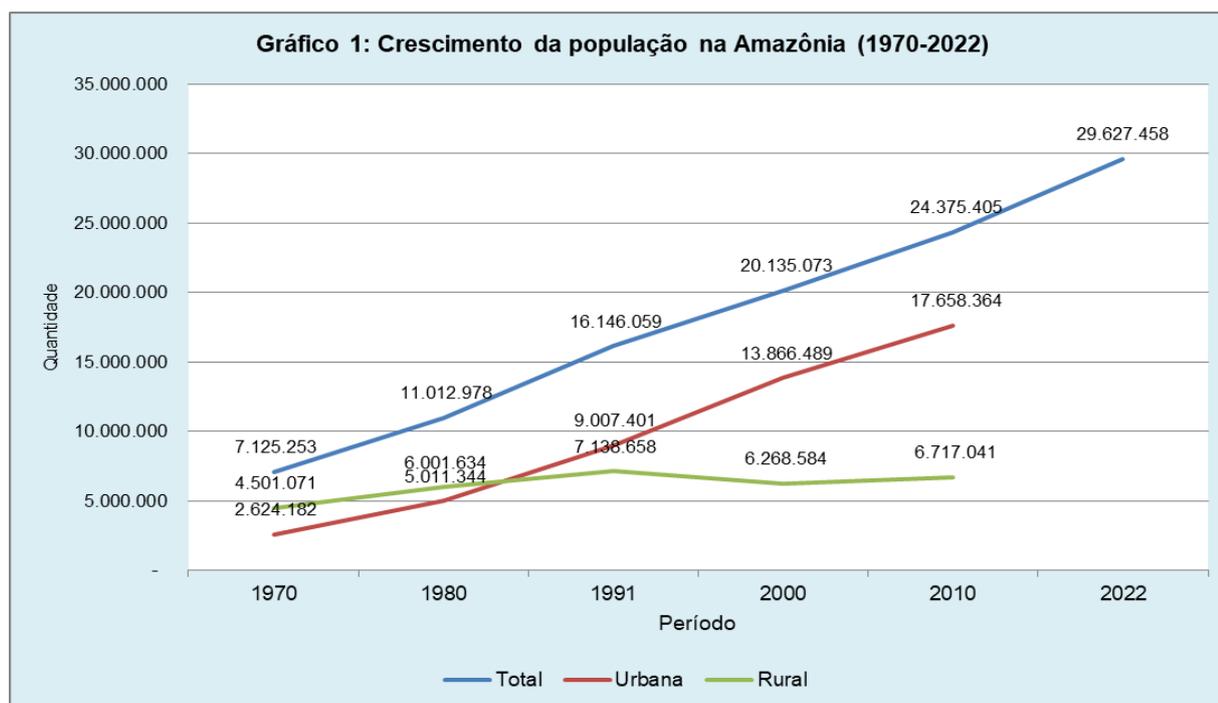


Gráfico 1 – Crescimento da população na Amazônia (1970/2022)

Fonte: IBGE (2023). Organização: autor.

Tabela 1 – Taxa de Crescimento Geométrico (%) da População Brasileira (1970/2022)

Unidade de Federação	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010	2010-2022
Brasil	2,48	1,93	1,64	1,20	0,50
Rondônia	16,03	7,89	2,22	1,25	0,10
Acre	3,42	3,02	3,26	2,78	1,03
Amazonas	4,12	3,57	3,28	2,16	1,03
Roraima	6,82	9,63	4,54	3,34	2,92
Pará	4,62	3,46	2,52	2,04	0,57
Amapá	4,37	4,66	5,71	3,45	0,76
Tocantins	3,56	2,01	2,58	1,80	0,74
NORTE	5,02	3,85	2,86	2,1	0,70
Maranhão	3,09	2,10	1,63	1,47	0,25
Mato Grosso	6,49	5,79	2,38	1,94	1,57
Amazônia Legal	4,5	3,5	2,5	1,9	0,7

Fonte: IBGE (2023). Organização: autor.

O primeiro período, nas décadas de 1970/1991, registra-se a *i*) política de colonização, migração e grandes projetos. Neste período, o crescimento populacional foi puxado pela combinação da migração com a distribuição de terras para pequenos, médios e grandes proprietários (colonização pública e privada), *simultaneamente* à expansão urbana. Verifica-se que a maioria das unidades da federação cresceram acima da média nacional, com destaque para Rondônia, Roraima, Mato Grosso e Amapá. Particularmente, Rondônia liderou o crescimento populacional nas duas décadas iniciais, com expressivos resultados: 16,03% (1970/80) e 7,89% (1980/91).

No período seguinte (1991/2010), qualifica-se pela *ii*) inflexão dos pares colonização-migração. A maioria dos estados cresceu acima da média nacional, mas já não apresentava desempenho absoluto, como verificado no momento anterior. Nota-se o arrefecimento, tanto da migração quanto da política de acesso à terra, que foram os motores pretéritos da transformação regional. Particularmente em Rondônia, já havia sinais de esgotamento do modelo de ocupação assentado na distribuição de terra pública e nos impactos ambientais (principalmente, o desmatamento). Os destaques positivos são para os estados do Amapá e Roraima, que continuavam com crescimento populacional acima da média nacional e regional, ainda que acompanhassem a tendência geral de queda nas taxas de crescimento. A convergência à urbanização da Amazônia ganhará mais folego com a centralidade econômica das cidades e metrópoles.

No âmbito ambiental, a institucionalização de áreas protegidas, em certa medida, obliterou a expansão das fronteiras, ainda que devêssemos reconhecer os limites institucionais e tensionamentos dessa política nas variadas escalas de ações do Estado, sobretudo com os grupos econômicos que compõem a elite regional e que, a partir da década de 2010, iniciaram uma agenda antiambiental em toda a Amazônia.

No período mais recente (2010/2022), com o resultado do último censo demográfico, o baixo crescimento populacional ganhou expressão nacional. Vários estados apresentaram resultados inferiores à média nacional (0,50%). No Norte, o destaque foi para Rondônia, com apenas 0,10%; no âmbito da Amazônia Legal, o Maranhão deve ser citado com os 0,25% alcançados. Embora o IBGE ainda não tenha informado os dados desagregados entre a população urbana e rural, certamente, a população do campo e as pequenas cidades constituem o grupo que menos cresceram e, em algumas sub-regiões amazônicas, provavelmente, diminuiram.

A dinâmica populacional, ao longo do período destacado, sugere algumas ponderações à compreensão particularmente do estado de Rondônia. Primeiro, a formação do estado de Rondônia e seu crescimento populacional derivaram da ação estatal concentrada na política de colonização (distribuição de terra) e estímulos à migração. O então Território Federal de Rondônia, emancipado como Estado da Federação em 1981, foi um laboratório socioespacial do governo federal, sobretudo

no período de 1970/1991, abalizado na formação de uma sociedade migrante, cujo acesso à terra e consequente expansão agropecuária configuraram sua organização territorial e – arrisco a dizer – sua identidade social.

A colonização-migração formou o que podemos chamar de amálgama social que criou as bases da *identidade territorial agropecuária*, ou seja, uma *sociedade migrante*, que se constituiu e ainda se funda no conjunto simbólico-econômico da expansão da fronteira. “Progresso” e “desenvolvimento” significam, nestes termos, avançar para os espaços que ainda não apresentem esses símbolos, ou seja, a floresta no âmbito das áreas protegidas e dos territórios tradicionais. Trata-se, portanto, da migração dos chamados “sulistas/paulistas” para a Amazônia, assentados numa economia agrícola externa à região que se internalizou no estranhamento à floresta. Estão na Amazônia, mas sem a Amazônia, situação sociogeográfica que ainda perdura e que é motivo de muitos conflitos territoriais.

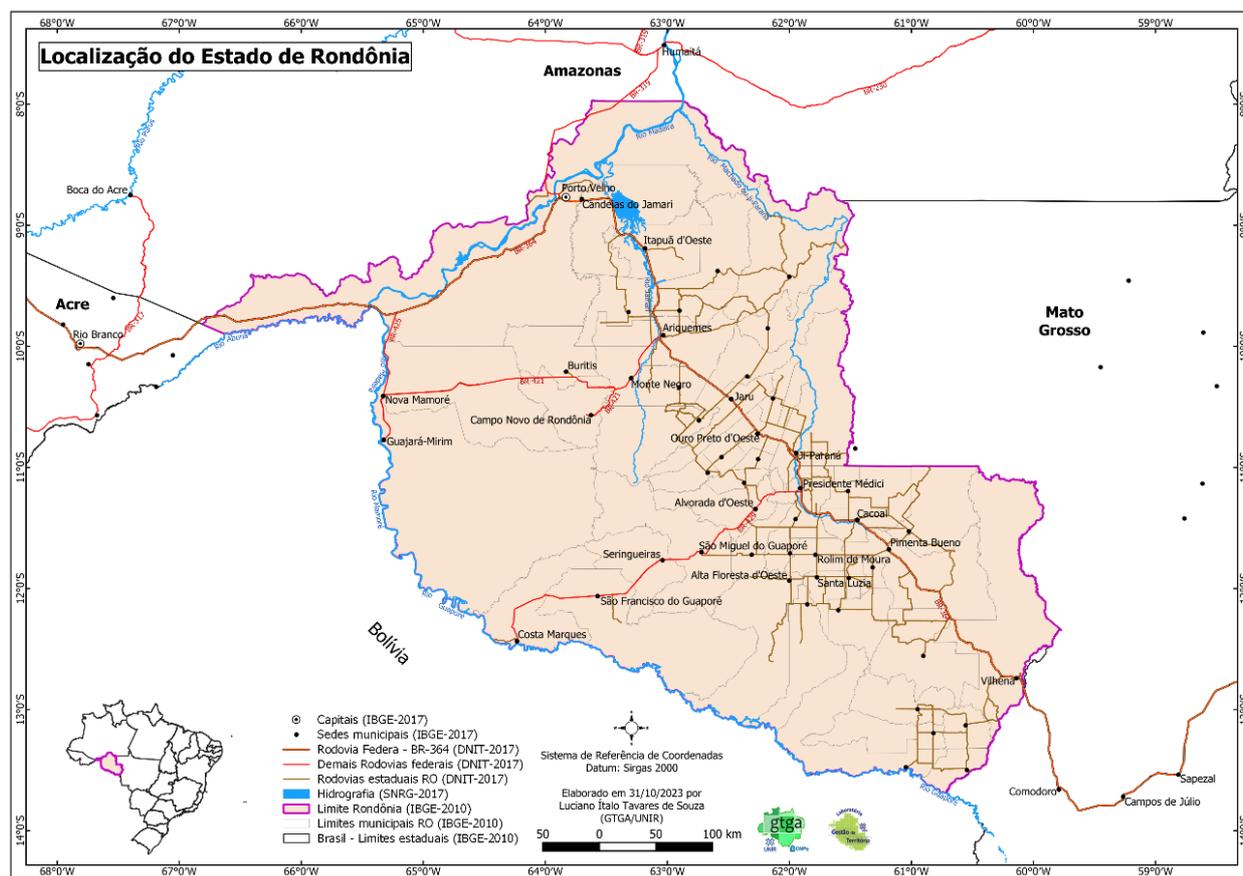


Figura 1: Distribuição dos 52 municípios de Rondônia (2023)
Fonte: elaboração do autor.

Outra questão coerente à formação colonização-migração é a ampliação da malha municipal convergente à urbanização (Figura 1). Em 1970, havia somente dois municípios em Rondônia, sendo eles Porto Velho (capital) e Guajará-Mirim (na fronteira com a Bolívia), que juntos somavam

apenas 111 mil habitantes (DUARTE, 1977; IBGE, 2022). Todo o processo de expansão da rede urbana, que atualmente totaliza 52 unidades municipais, resulta da colonização, consoante à formação dos novos poderes locais. Esses poderes locais (prefeituras e câmaras de vereadores, agências públicas estadual e municipal, instituições privadas), são disputados pelas novas elites migrantes que, no âmbito de suas relações e reprodução político-econômica, erigiram um Estado focado na expansão agropecuária, no desmatamento e, nas duas décadas recentes, nos tensionamentos e questionamentos à proteção ambiental e aos direitos territoriais dos povos amazônicos.

No período de duas décadas (1970/1991), a formação de Rondônia convergiu a uma sociedade de migrantes, uma sociedade solidificada na expansão da fronteira amazônica, de modo que o nexu “caminhar para dentro da floresta, mas sem a floresta” continua a reunir as elites locais. Trata-se de uma sociedade/estado migrante que não parece desejar a floresta “em pé”, nem os povos amazônicos e nem a proteção ambiental como elementos estéticos de seu processo histórico, mas, ao contrário, amalgama-se na mercantilização da natureza e na expansão da fronteira agrícola como condição à sua reprodução econômica e social.

Rondônia: do crescimento à redução populacional

Os dados do Censo Demográfico de 2022, ainda parcialmente divulgados, trazem números relevantes para se pensar as transformações sociogeográficas em Rondônia, indicando mudanças estruturantes na geografia regional (Gráfico 2). A principal alteração se refere à retração populacional, o que muito se diferencia das décadas iniciais da colonização/migração (1970/1991), caracterizada pelo intenso fluxo migratório. Rondônia é um estado que pouco cresceu em termos demográficos.

A partir da década de 1970, o crescimento populacional de Rondônia ocorreu no campo e na cidade (Gráfico 2). Em função da política de colonização, a população rural despontou dos 51.457 habitantes para 268.857 “migrantes”, um crescimento de 411% no período de 1970/1980. A população urbana apresentou números impactantes, quando ampliou de 59.607 para 228.168 habitantes (crescimento de 283%). No período de 1980/1991, a população urbana cresceu na ordem de 189%, enquanto a rural foi de 80%. O crescimento das cidades e a dimensão urbana da fronteira agrícola despontavam como variáveis modificadoras da espacialidade regional.

Assim, nas primeiras décadas da colonização, o crescimento demográfico rondoniense chamou a atenção do Brasil, noticiado em vários jornais e revistas como a nova fronteira agrícola, o “novo eldorado”, processo caracterizado pela expansão das atividades agropecuárias e formação de novas cidades, convergindo à coesão campo-cidade (THERY, 1976; VALVERDE, 1979; SANTOS,

1982). Evidentemente, como havia limitações institucionais à distribuição de terra, as cidades se tornavam o centro de mobilidade para o mercado de trabalho e espaço de concentração de mão de obra para outras frentes migratórias.

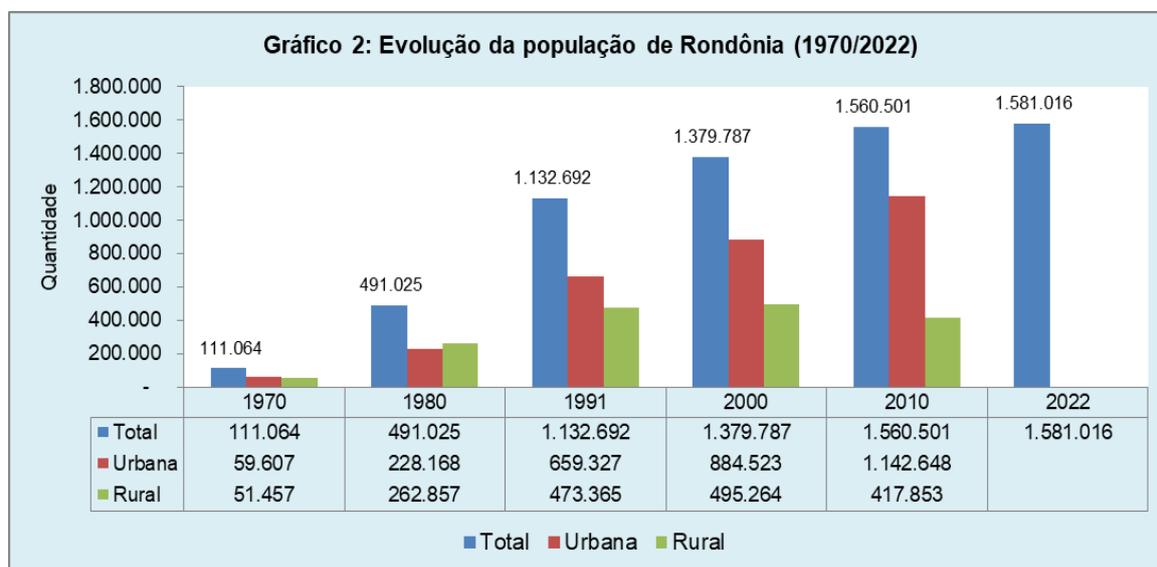


Gráfico 2 – Evolução da população de Rondônia (1970/2022)

Fonte: IBGE (2023). Organização: autor.

A partir da década de 1990, o crescimento populacional abrandou sensivelmente, com modificações relevantes na configuração territorial. O aumento demográfico nas cidades superará, tanto a média geral do estado, quanto a do espaço rural, indicando a ascensão urbana na formação da fronteira agrícola, já iniciada na década de 1980. Nos períodos de 1990/2000 e 2000/2010, respectivamente, a taxa de crescimento de Rondônia foi de 22% e 13%, a urbana correspondeu a 34% e 29%, enquanto a rural significou 5% e queda de -16%. No período seguinte (2010/2022), o crescimento de Rondônia foi de apenas 1,31%¹. Em termos absolutos, no período de 12 anos, a população adicionou apenas 20.515 habitantes, com taxa de crescimento anual de 0,10 (Tabela 1), a menor da Região Norte, da Amazônia, e uma das menores do Brasil.

Em 2022, a população rondoniense alcançou 1.581.016 habitantes, com concentração nos municípios do eixo da rodovia BR-364. A capital Porto Velho tem 460.413 habitantes, representando 29% da população. Os municípios de Ji-Paraná, Ariquemes, Cacoal e Vilhena, todos criados na década de 1970, na primeira década da colonização, compõem o conjunto de cidades de porte médio no eixo da rodovia BR-364 (Figura 3), formando a rede de cidades pioneiras (THERY, 1976; COSTA SILVA, 2010).

¹ No período de elaboração deste texto, os dados desagregados do Censo Demográfico 2022 não estavam disponibilizados.

Quanto à estratificação dos municípios (Tabela 2), ou seja, a distribuição de municípios por faixa populacional, tem-se a redução dos municípios intermediários e ganho dos pequenos municípios. Dos 52 municípios que compõem a rede urbana de Rondônia, quando se compara os 22 anos de pesquisa censitária (2000/2022), a variação do estrato dos pequenos municípios foi de 47%, enquanto os de porte intermediário, a redução foi de -26%. Os demais estratos (médio e grande) pouco alteraram neste quesito.

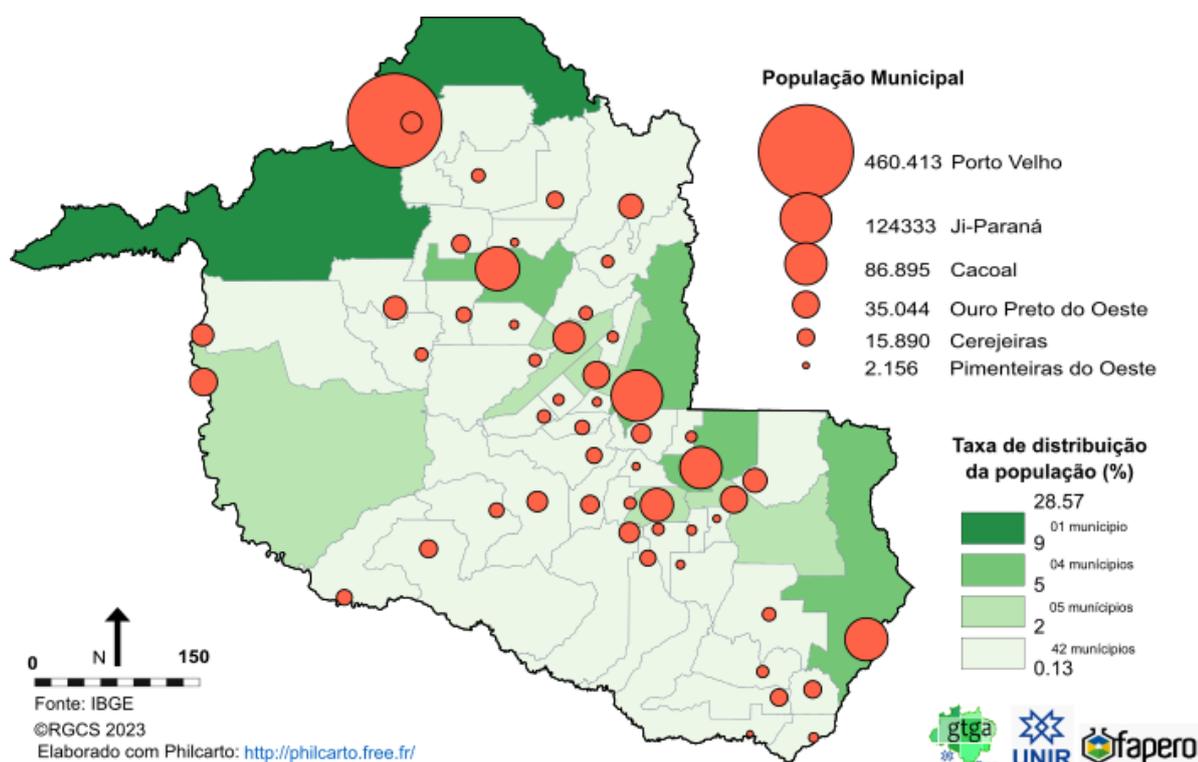


Figura 3 – Taxa de distribuição da população de Rondônia, por município (2023)
Fonte: IBGE (2023).

Tabela 2 – Estratificação dos municípios de Rondônia (2022)

Municípios/Período	2000	2010	2022
Faixa 1 - menos de 10 mil habitantes (pequeno)	15	16	22
Faixa 2 - 10 a 50 mil (intermediário)	31	29	23
Faixa 3 - 50 a 100 mil (médio)	4	5	5
Faixa 4 - 100 a 500 mil (grande)	2	2	2

Fonte: IBGE (2023). Censos Demográficos. Organizado pelo autor.

Assim, a estrutura da rede urbana em Rondônia é composta por pequenos e intermediários municípios, cuja população é inferior a 50 mil habitantes (87% dos municípios). A malha municipal é tributária da colonização e expansão agropecuária. São cidades do campo, com forte presença da agricultura familiar, que vêm perdendo habitantes em função de vários fatores, que variam desde a

composição demográfica, migração campo-cidade, até o crescimento das monoculturas, pecuária e mercado de terras.

Logo, a primeira questão que se coloca é sobre a *retração populacional*. Considerando o crescimento de 1,31% no último período censitário, Rondônia passou de estado *receptor* (ganho) a estado de *saída* (perda) populacional. No Censo Demográfico de 2010, os municípios do sul do Amazonas já apareciam como local de migração oriunda de Rondônia, a exemplo de Apuí e Humaitá, que se tornariam os novos eixos de expansão da fronteira agrícola na Amazônia Ocidental (COSTA SILVA et al., 2021).

Em trabalhos de campo realizados em 2021 e 2022, a presença de migrantes rondonienses nos municípios de Boca do Acre, Lábrea e no distrito de Realidade (município de Humaitá) também fora observada. Na área rural de Lábrea, por exemplo, há uma estrada chamada de “linha dos rondonias”, indicador da expansão da fronteira agrícola, migração oriunda das terras rondonienses. Em Realidade, localizada na BR-319 (Porto Velho-Manaus), distante cerca de 100 km de Humaitá e 300 km de Porto Velho, vários moradores da vila e da área rural migraram de Rondônia. Igualmente, os estados do Acre e Roraima também já registrara o fluxo migratório de Rondônia no censo de 2010. Em síntese, Rondônia pouco cresce, e perde população (Figura 4), sendo a migração para outros estados do Norte uma tendência.

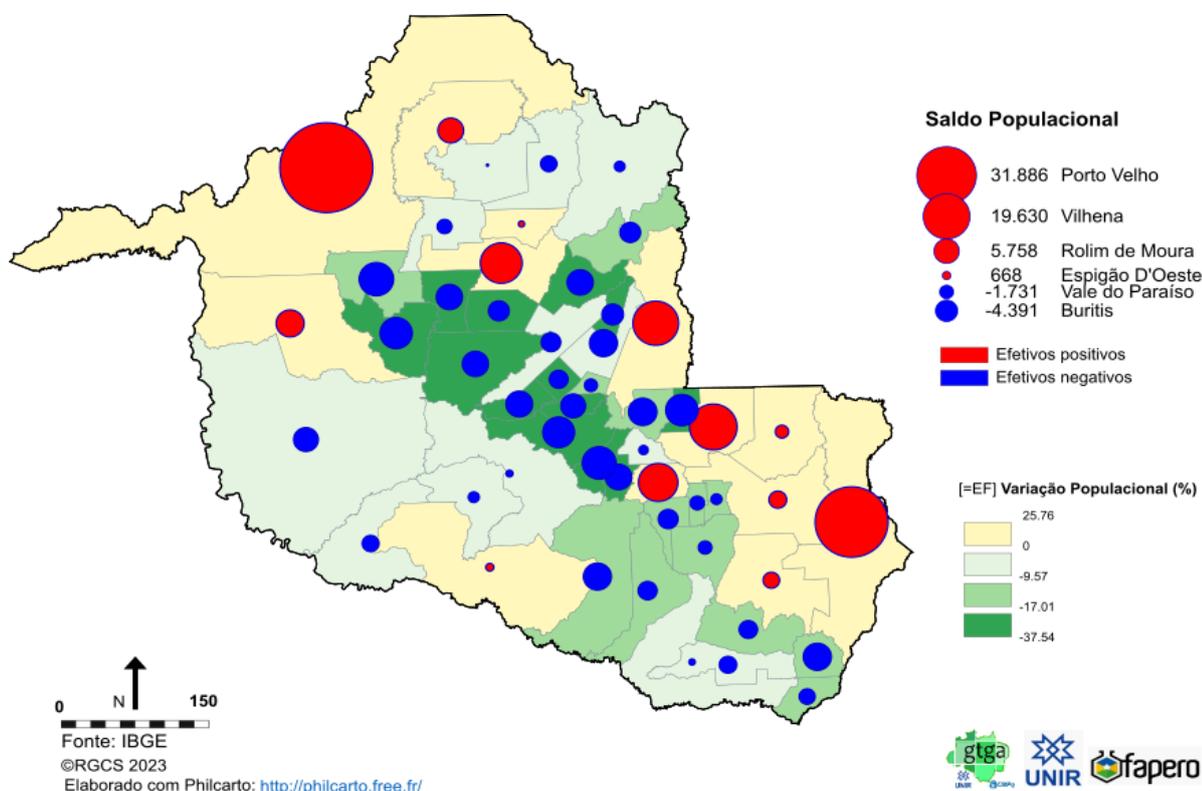


Figura 4 – Saldo e variação (%) populacional dos municípios de Rondônia (2023)
Fonte: IBGE (2023).

A segunda questão trata-se da redução populacional que atinge os municípios intermediários rondonienses, no estrato de 10 a 50 mil habitantes. Os dados do Censo Demográfico de 2022 trouxeram importantes informações quanto à dinâmica regional, sobretudo, ao considerar os resultados na escala municipal. No período intercensitário de 2010/2022 houve um baixo crescimento populacional para a maioria dos municípios. Dos 52 municípios que formam a rede urbana de Rondônia, em 39 deles a taxa de crescimento geométrico foi negativa, ou seja, a população municipal diminuiu, atingindo 75% dos municípios (Figura 4).

A redução populacional atingiu intensamente os pequenos e intermediários municípios, que foram no passado os catalisadores demográficos em função da expansão da fronteira agrícola e distribuição de terras. Contudo, há uma situação importante a ser analisada. Se compararmos a distribuição da população por estrato municipal, ao considerar a taxa de crescimento entre os Censos Demográficos de 2000, 2010 e 2022, tem-se um aumento populacional nos pequenos municípios e redução no estrato intermediário (Tabela 3).

Embora os municípios pequenos representem 8,6% da população estadual, nos últimos censos demográficos houve acréscimos significativos no incremento populacional. Isso pode parecer paradoxal, visto que das 22 unidades municipais que compõem este estrato, em 20 delas a população diminuiu no censo de 2022 (Figura 4). Contudo, conforme a Tabela 3, para os municípios pequenos, a taxa de crescimento populacional no período de 2000/2010 foi de 14%, atingindo 37% no período de 2010/2022. No período de 2000 a 2022 o crescimento consistiu na ordem de 56%, o maior entre todos os estratos (Tabela 3).

Tabela 3 – Estratificação da população por faixa de municípios de Rondônia (2000/2022)

Faixa/habitantes/períodos	2000	2010	2022	(%)2022
Faixa 1 - menos de 10 mil habitantes (pequeno)	87.885 (6,36%)	100.118 (6,40%)	136.682	8,6
Faixa 2 – 10 a 50 mil (intermediário)	595.172 (43,13%)	569.372 (36,44%)	473.031	29,9
Faixa 3 – 50 a 100 mil (médio)	255.269 (18,50%)	347.782 (22,25%)	386.557	24,4
Faixa 4 – 100 a 500 mil (grande)	441.461 (31,99%)	545.137 (34,89%)	584.746	37,0
Total	1.379.787	1.562.409	1.581.016	100,0

Fonte: IBGE (2023). Censos Demográficos. Organizado pelo autor.

Tabela 4 – Taxa de crescimento (%) dos estratos municipais (2000/2022)

Taxa de Crescimento (%)	Censo 2000/2010	Censo 2010/2022	Censo 2000/2022
Faixa 1 - menos de 10 mil habitantes (pequeno)	14	37	56
Faixa 2 – 10 a 50 mil (intermediário)	-4	-17	-21
Faixa 3 – 50 a 100 mil (médio)	36	11	51
Faixa 4 – 100 a 500 mil (grande)	23	7	32
Rondônia	13	1	15

Fonte: IBGE (2023). Censos Demográficos. Organizado pelo autor.

Ocorre que este estrato (pequeno) também aumentou o número de municípios, quando ampliou de 15 para 22 unidades de 2000 a 2022 (Tabela 2). Assim, mesmo que a taxa de crescimento anual seja negativa, como registrada no último censo demográfico para a maioria das unidades deste estrato, no período de 22 anos, o incremento de novos municípios resultou também no aumento populacional neste estrato. Isso foi possível em função da diminuição tanto de municípios quanto de população no estrato intermediário.

Nesses 22 anos, o estrato intermediário reduziu de 31 para 23 municípios, cuja população decresceu em -21%. Cabe observar que o conjunto dos municípios intermediários representava o estrato com maior número populacional nos censos de 2000 e 2010 (Tabela 3), correspondendo a 43% da população em 2000, 36% em 2010, reduzindo para 30% em 2022.

Assim, a dinâmica demográfica e municipal modificou a geografia de Rondônia, quando se verifica um duplo processo: um *espraiamento populacional* nos municípios pequenos e intermediários, visto que 39% da população rondoniense vivem nesses municípios. No outro polo, 61% dos rondoniense concentram-se em sete municípios (estratos médios e grandes), processo que qualificamos como a *formação do eixo urbano* na rodovia BR-364, objeto de análise da próxima seção.

A formação do eixo urbano em Rondônia

A formação da rede urbana de Rondônia é tributária do período de modernização econômica da Amazônia, que inseriu novos signos na espacialidade regional. Abertura de estradas, criação de municípios, distribuição de terras e economia voltada a extração dos recursos naturais em larga escala, conformaram as grandes mudanças na região. Contudo, como anteriormente afirmado, em 1970, quando iniciou a colonização agrícola em Rondônia, o então Território Federal tinha somente duas cidades – Porto Velho e Guajará-Mirim (THERY, 1976; DUARTE, 1977).

As duas cidades foram formadas a partir da construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré – EFFM (1907-1912), antecipando, em décadas, o que seria conhecido, na literatura

especializada, como *grandes projetos* na Amazônia. A ferrovia atendia ao pleito do governo boliviano, que em função da guerra e anexação do Acre ao território brasileiro, exigiu a construção de uma ferrovia – de Porto Velho à Guajará-Mirim – que viabilizasse a exportação/importação de produtos bolivianos via acesso ao oceano Atlântico, a partir do rio Madeira, ligando Porto Velho à Belém (PA).

Durante um longo período as duas cidades gravitaram no eixo da EFFM, cuja economia se mobilizava a partir do extrativismo tradicional e na dinâmica populacional formada por distritos e vilas nos eixos da ferrovia e comunidades ribeirinhas, principalmente, nos vales dos rios Guaporé, Mamoré, Madeira e Machado. Com pequena oscilação na dinâmica regional, sobretudo na década de 1950, dado à crescente exploração da cassiterita na região de Porto Velho, de modo geral, ao longo de seis décadas, a espacialidade rondoniense pouco se alterou.

A década de 1970 testemunhou as grandes transformações estruturais no espaço rondoniense, com a emergência de eventos que definitivamente modificariam suas estruturas territoriais, sociedade e uso do território. A periodização da rede urbana de Rondônia, proposta por Costa Silva (2010), considera as dinâmicas territoriais impulsionadoras da emergente geografia regional, estabelecendo a seguinte divisão, conforme o (Quadro 1):

Quadro 1 – Tipologia genética da rede de cidades de Rondônia			
Década	Tipologia Genética	Número	Município Principal
1960	Primeiras cidades ou cidades amazônicas	02	Porto Velho
1970	Cidades Pioneiras da Colonização	05	Ji-Paraná (cidade pioneira)
1980	Cidades de Expansão da Colonização	16	Rolim de Moura
1990	Adensamento Interiorano	29	São Francisco do Guaporé

Fonte: Costa Silva (2010).

Neste processo, a primeira mudança ocorre no deslocamento da rede urbana, localizada às margens dos rios Madeira (Porto Velho) e Mamoré (Guajará-Mirim), para o interior da floresta, com a instituição de mais 50 municípios em três décadas, totalizando atualmente 52 unidades. Das *cidades amazônicas* para as *cidades do campo*, enfim, trata-se das frentes pioneiras que caracterizaram as transformações na Amazônia desde a década de 1960 (THERY, 1976).

A colonização e o acesso à terra possibilitaram a criação de novas cidades com a expansão da estrutura fundiária. Assim, com exceção das primeiras cidades, que se formaram no contexto amazônico do extrativismo tradicional e do fluxo fluvial, as demais foram se transformando em

idades do campo, cidades da agropecuária, que reproduziriam em Rondônia o *modus vivendi* do centro-sul do Brasil.

A segunda geração das cidades terá em Ji-paraná, então Vila de Rondônia, onde o Marechal Rondon instituiu um posto telegráfico em 1909, a função pioneira que catalisará parte dos fluxos demográficos, projetos de assentamentos e eixos de expansão interna em Rondônia. Todas essas cidades, e a geração posterior – Cidades de Expansão da Colonização e Adensamento Interiorano – terão na expansão agropecuária e na distribuição de terras a centralidade no uso do território.

A estrutura territorial, com apenas duas cidades, desloca-se para o interior da floresta. A paisagem regional será preenchida pelos novos signos da colonização – agricultura, pecuária, mercado de terra e desmatamento – e terá na expansão urbana o nexo que combinará com a nova economia da agropecuária. As décadas de 1970, 1980 e 1990 registraram a expansão agropecuária e a migração populacional com o crescimento das cidades.

As mudanças que o censo demográfico de 2022 parcialmente indicam, referem-se à formação do eixo urbano e à recentralização da população ao longo da rodovia BR-364. No percurso de 700 km (BR-364), visto ser a distância entre Porto Velho (norte) e Vilhena (sul), se somam 11 municípios, com a presença de todos os estratos (grandes (2), médios (4), intermediários (4) e pequenos (1)). Em termos de hierarquia urbana, Porto Velho é o município mais populoso (460.413 pessoas), seguido por Ji-Paraná (124.333), Ariquemes (96.833), Vilhena (95.832) e Cacoal (86.895), que juntos representam 55% da população rondoniense em 2022, quando em 2010, essa taxa foi de 51%. Quando adicionado os demais municípios localizados na rodovia – Jaru, Ouro Preto do Oeste, Pimenta Bueno, Candeias do Jamari, Presidente Médici e Itapuã do Oeste – o conjunto amplia a representação para 65% da população rondoniense, superior à taxa de 62% registrada no censo demográfico de 2010.

A taxa de urbanização dos cinco municípios que compõem os estratos médios e grandes, em 2010 correspondia a 88%, enquanto a média rondoniense era de 72%. Ainda que os dados desagregados do censo de 2022 não tenham sido divulgados no período de elaboração deste texto, a tendência de urbanização amplia-se, considerando que são esses municípios que somam 62% do PIB estadual (2020), atraindo população e economia dos demais municípios.

O estudo das Regiões de Influência das Cidades – REGIC (IBGE, 2018) indicou a ampliação da hierarquia dos centros urbanos em Rondônia (Figura 5), quando se somou à Porto Velho – classificada como Capital Regional B – as cidades de Ji-Paraná e Cacoal – classificadas como Capital Regional C. Ambas, para fins de comparação, obtiveram a mesma estatura na hierarquia urbana das capitais Rio Branco (AC), Boa Vista (RR), Macapá (AP), e cidades do agronegócio globalizado como Rondonópolis e Sinop (MT).

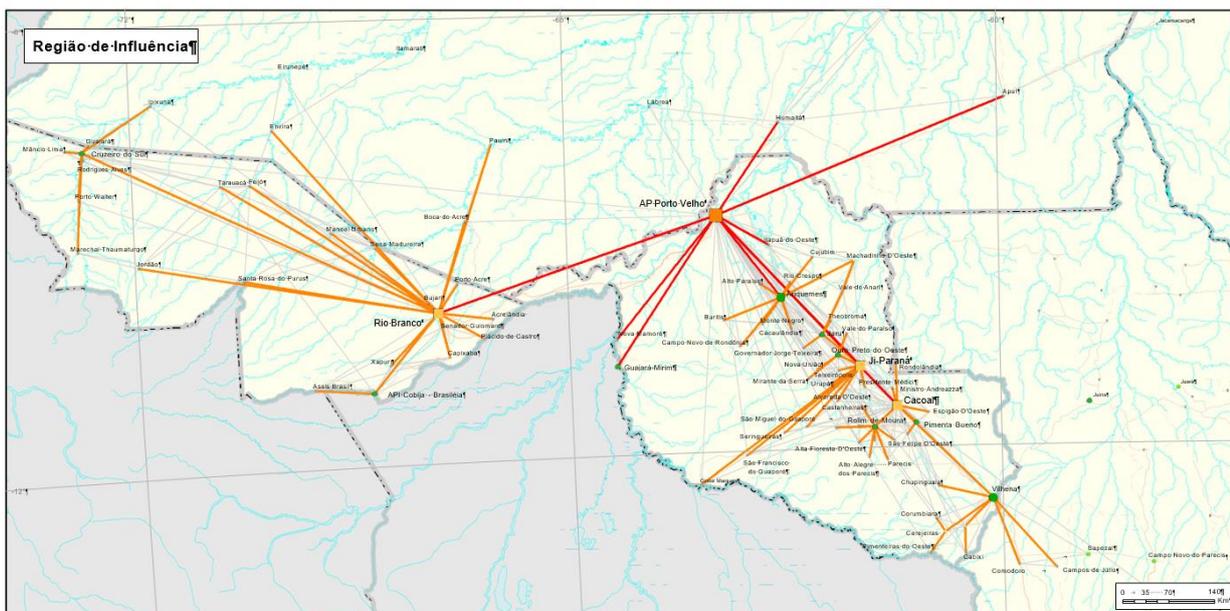


Figura 5 – Arranjo Populacional de Porto Velho/RO – Capital Regional B (2B)
 Fonte: IBGE (2020). Regiões de Influência das Cidades – REGIC 2018.

A capital Porto Velho representa 29% da população (2022) e 38% do PIB estadual (2020). Além da influência na hierarquia urbana estadual, amplia seu alcance para os municípios do Acre e sul do Amazonas (Lábrea, Boca do Acre, Apuí e Humaitá). Neste caso, para além da gestão dos serviços, comércios e finanças, a relação da capital rondoniense com as cidades do Acre e sul do Amazonas se realiza em função da expansão da fronteira agrícola que vem deslocando população, projetos de infraestrutura e capitais nessas regiões. Especialmente para o sul do Amazonas, há uma certa captura de fluxo, pois, o deslocamento da fronteira agrícola amplia as relações econômicas com Porto Velho, reforçando sua centralidade na Amazônia Sul-Occidental (COSTA SILVA et al., 2021).

As cidades de Ji-Paraná e Cacoal expandiram suas conexões e centralidades no interior de Rondônia, articulando uma rede de cidades que desenvolvem trocas econômicas, formando suas regiões de influência. No caso de Ji-Paraná, sua influência especializa-se no eixo central da rodovia Br-364, ampliando para as cidades da rodovia BR-429 (Vale do Guaporé). Cacoal, localizada mais ao sul de Rondônia, sua rede de influência alcança as cidades próximas e a hinterlândia de Rolim de Moura (sudeste), o maior município fora do eixo urbano (BR-364).

Cacoal também centraliza parte do fluxo de Vilhena (sul) que, por sua vez, além de centralizar o cone-sul rondoniense, em função da produção de soja e pecuária, estende sua influência para os municípios do noroeste de Mato Grosso (Comodoro, Campos de Júlio, Campo Novo dos Parecis e Sapezal, todos produtores de grãos). Mais ao norte, deve-se sublinhar a função da cidade de Ariquemes, distante cerca de 200 km da capital rondoniense, que centraliza uma

dezena de cidades de expansão agrícola (soja, pecuária, mercado de terra e desmatamento). Nos últimos anos, Ariquemes cresceu em termos populacionais (terceira cidade) e econômicos (quarto PIB, superior à Cacoal), tornando-se a nova região de expansão da soja.

Assim, a longo da rodovia BR-364 se formou um eixo urbano e econômico capitalizado pelas cidades grandes e médias (Tabela 2), que na formação histórica combinou a cidade amazônica (Porto Velho) com as cidades pioneiras da colonização (Quadro 1). Na rodovia vivem 65% da população rondoniense, constituindo-se num eixo socioeconômico que particulariza a vida regional.

Exterior ao eixo urbano da rodovia BR-364, há um conjunto de 41 municípios que representam 35% da população estadual, que denominamos de *municípios espraiados*, constituídos pelas cidades da *expansão da colonização* (formados na década de 1980) e do *adensamento interiorano* (formado na década de 1990). Neste conjunto, destaca-se Rolim de Moura (com 56.406 habitantes, o 6º no *ranking* estadual), sendo o único município deste grupo que compõe o estrato de cidade de porte médio (Tabela 2). No campo econômico, Rolim de Moura tem o 8º PIB, com desempenho, no período de 2010/2020, de 123%, acima da média estadual (116%). Neste conjunto, a exceção é Guajará-Mirim (primeira cidade ou cidades amazônicas).

Na fronteira com a Bolívia, Guajará-Mirim, com 39.386 habitantes, tem importante função geopolítica e presença relevante de serviços públicos, especialmente das forças armadas, polícia federal, receita federal e instituições públicas de ensino médio e superior federal. Em termos de dinâmica econômica, o município é dependente do setor público e do fluxo econômico com a Bolívia. Guajará-Mirim é o 8º município em população e o 10º no PIB. Contudo, a situação econômica apresenta grandes limitações. No período de 2010/2020, enquanto o PIB de Rondônia cresceu 116%, Guajará-Mirim cresceu 65% (o menor crescimento de Rondônia), Porto Velho e Ji-Paraná obtiveram, respectivamente, 114% e 119%.

Nestes termos, a centralidade econômica e atração populacional qualifica a formação do eixo urbano em Rondônia, ao longo da rodovia BR-364, onde estão localizadas as maiores cidades. A dinâmica regional tende a elevar os patamares econômicos do eixo urbano, ampliando a verticalização da agropecuária e o crescimento das principais plantas industriais, comércio e serviço. Em termos de hierarquia de redes urbanas, a capital Porto Velho tem conexões, principalmente, com Brasília (DF), Manaus (AM), São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ). As cidades de Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena e Ariquemes estão vinculadas à Cuiabá (MT), em função dos fluxos econômicos do agronegócio globalizado (IBGE, 2018).

No outro polo, os pequenos e intermediários municípios espacializam a população (no estrato com até 50.000 habitantes) nas diversas sub-regiões rondoniense, onde a agropecuária e a expansão da fronteira agrícola apresentam vitalidade. A presença da agricultura familiar é relevante

nesse conjunto, permitindo fluxos campo-cidade de produtos agropecuários, destacando-se a produção de café, mandioca, pequenas agroindústrias; e na pecuária, a agricultura familiar contribui expressivamente na produção leiteira, mercadoria que serve à rede de laticínios, e à criação de bovinos de corte (cria) para comercialização no circuito espacial da pecuária (recria, engorda, abate nos frigoríficos), cujo produto compõe a pauta de exportação de Rondônia.

Considerações Finais

O censo demográfico compõe a principal pesquisa que permite o conhecimento da sociedade brasileira em suas diversas escalas e temáticas. A cada pesquisa, um conjunto de questões socioeconômicas e territoriais surgem, outras mantêm suas continuidades e algumas diminuem sua importância.

Algumas dessas mudanças podem ser atribuídas ao estado de Rondônia, objeto desta análise. Primeiramente, a gênese da formação socioespacial de Rondônia, no bojo das transformações amazônicas decorrentes de sua abertura econômica, combinou a exploração da terra, conseqüente a mercantilização dos recursos naturais, com a formação de uma sociedade emergente, articulada à expansão urbana (COSTA SILVA, 2010). Sua característica principal, formada especialmente ao longo das décadas de 1970 a 1990, foi a migração, constituindo-se, assim, hegemonicamente, numa sociedade de migrantes, assentada nos novos espaços: no campo, a distribuição de terra para a expansão agropecuária; na cidade, a centralidade econômico-política e a força de trabalho para atender às economias emergentes.

Os dados do Censo Demográfico de 2022 sugerem certa estabilidade demográfica, mas com impactos diferentes na escala intraestadual, sobretudo, ao se observar a distribuição populacional no conjunto dos municípios. Se a particularidade regional de Rondônia foi o crescimento populacional (1970/1990), o censo demográfico de 2022 trouxe o revés desse processo. Rondônia foi o estado do Norte e da Amazônia que menos cresceu, situação que não mudou na escala nacional. Conforme o censo de 2022, o decréscimo atingiu 75% dos seus 52 municípios, principalmente os pequenos e intermediários municípios, com até 50 mil habitantes.

No outro polo de mudanças, a formação do eixo urbano e a recentralização populacional ao longo da rodovia BR-364 chama a atenção na geografia regional, dado a dimensão econômica, demográfica e de conexões com outras regiões. Neste eixo, localizam-se as principais economias que exercem, tanto a atração populacional, quanto auferem os fluxos econômicos de suas hinterlândias, captada por Porto Velho, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena e Ariquemes, como indicou a última pesquisa das Regiões de Influência das Cidades – REGIC 2018.

Assim, de um estado migrante e receptor populacional, Rondônia passou a perder população, ao passo que há recentralização demográfica no eixo da rodovia BR-364. Soma-se a ampliar da área de influência na Amazônia Sul-Occidental, fruto do deslocamento da fronteira agropecuária para o sul do Amazonas e leste do Acre, onde se localizam os novos migrantes oriundos de Rondônia.

Quando os dados totais do censo demográfico estiverem disponíveis, desagregados em suas estruturais territoriais, certamente um conjunto de pesquisas e hipóteses pode ser melhor avaliado. O importante é que os dados quantitativos nos permitem qualificar o movimento histórico da sociedade em suas geografias.

Agradecimentos

Para a realização da pesquisa, agradecemos o financiamento da Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia – FAPERÓ.

Referências

BECKER, B. Fronteira e urbanização repensadas. *Revista Brasileira de geografia*, 47 (3/4), p. 357-371, Rio de Janeiro, jul./dez., 1985.

BECKER, B. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

CARDOSO, F. H; MÜLLER, G. *Amazônia: expansão do capitalismo*. 2 ed. Brasiliense: São Paulo, 1977.

CASTRO, E. M. R. Estado e Políticas Públicas na Amazônia em fases da globalização e da integração de mercados. In: COELHO, M. C. N; MATHIS, A; CASTRO, E; HURTIENNE, T (Org.). *Estado e Políticas Públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Belém: UFPA/NAEA, 2001. p. 7-32.

COSTA SILVA, R. G; SILVA, V. V; MELLO-THÉRY, N. A; LIMA, L. A.P. New frontier of expansion and protected areas in the state of Amazonas. *Mercator*, Fortaleza, v.20, e20025, p. 1-13, 2021. Link: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/e20025>

COSTA SILVA, R. G. A desamazonização da Amazônia: conflitos agrários, violência e agrobandidagem. *Conflitos no Campo Brasil*, v. 1, p. 104-111, 2022.

COSTA SILVA, R. G. *Dinâmicas territoriais em Rondônia: conflitos na produção e uso do território no período de 1970-2010*. 2010. 222 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

COSTA SILVA, R. G. Globalização, agricultura e a formação do meio técnico-científico informacional em Rondônia. *ACTA Geográfica*, Boa Vista, v. 7, n. 15, p. 69-83, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.5654/acta.v7i15.1383>

DUARTE, A. C. Hierarquia de localidades centrais em áreas subpovoadas: o caso de Rondônia. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 39, n. 2, p. 135-146, Rio de Janeiro, 1977. Link: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/1265>

- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Link: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Link: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/universo-caracteristicas-da-populacao-e-dos-domicilios>
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Link: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Região de Influência das Cidades – REGIC 2018*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Link: <https://www.ibge.gov.br/apps/regic/#/home>. Acesso em: 18/10/2023.
- SANTOS, M. *Espaço e método*. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2008 [1985].
- SANTOS, M. Organização do espaço e organização social: o caso de Rondônia. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 51-77, 1982.
- THERY, H. *Rondônia - Mutations d'un Territoire fédéral em Amazonie Brésilienne*. Paris, Université Paris I, 1976. 233 p. (Tese de Doutorado)
- VALVERDE, O. (org.) *A Organização do Espaço na faixa da Transamazônica: introdução sudoeste amazônico e regiões vizinhas*. Rio de Janeiro: IBGE/INCRA, 1979. v. 1